

É com grande satisfação que publicamos segunda edição da Revista Teoria e Prática da Educação de 2018, que corresponde ao volume 22 e conta com a publicação de 11 textos de demanda contínua. As temáticas são variadas, passando pelo panorama da obra de um estudioso chileno, pela arte de contação de histórias, educação matemática e políticas públicas de educação.

Iniciamos com Cinquenta anos de trabalho teórico-prático do educador chileno Jaime Caiceo Escudero. Nele, a professora e pesquisadora Estela Socías Muñoz, da Escuela de Educación Universidad Mayor, Santiago, Chile, investiga o pensamento educativo de Escudero no campo geral da educação e, em específico, da gestão educativa.

O segundo artigo – As ações da Câmara Municipal de São Paulo: entre estratégias e táticas para o campo educacional (1889 a 1914) – de Cláudio Ferraz Zioli, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e de Carlos Henrique de Carvalho, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, analisam as questões educação e laicidade nos projetos de leis deliberados pela câmara municipal paulista no período de transição do Império para a República.

No terceiro artigo – Os conceitos de ensino, aprendizagem e mediação na educação Matemática à luz da Teoria histórico-cultural – Adriana Barbosa Oliveira Marrega e Maria Silvia Rosa Santana, ambas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Campus de Paranaíba, Mato Grosso do Sul, as autoras analisam concepções de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre ensino, aprendizagem e mediação no âmbito da Educação Matemática.

Em A educação da função imaginante: conceitos e fundamentações para uma abordagem pedagógica da contação de histórias – Luiz Percival Leme Britto e Francisco Egon da Conceição Pacheco, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, analisam conceitos da contação de histórias para alunos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

No quinto artigo – Pactuação ou imposição: significado histórico-político do alinhamento de metas e estratégias na elaboração dos planos municipais de educação – Locenir Tereza de Moura Selivan e Odilon Luiz Poli, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó, Santa Catarina, discutem a apropriação dos participantes no processo de elaboração dos planos municipais de educação e sua influência na definição das metas e estratégias aprovadas.

O sexto artigo – Reforma do Ensino Médio: uma política neoliberal para o (auto)governo da educação brasileira – é de autoria de Josi Aparecida de Freitas e Marisa Fernanda da Silva Bueno, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Com base em pressupostos da perspectiva foucaultiana, as autoras problematizam a atual reforma do Ensino Médio no Brasil.

No sétimo artigo – A disciplina política educacional: a relação com o objeto de estudo do campo e sua contribuição na formação do pesquisador em políticas educacionais – escrito por Gregory Luis Rolim Rosa, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, o autor situa e contextualiza a disciplina

Política Educacional como espaço que permite abordar o Estado como objeto de estudo da Política Educacional a partir dos estudos de Antônio Gramsci.

O oitavo artigo – O programa mais educação: dos documentos que orientam sua implantação e implementação à sua prática em escolas de Cascavel-Pr – de Altevir Rossi Carneiro, Isaura Monica Souza Zanardini e João Batista Zanardini, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná, abordam a educação integral e em tempo integral em escolas zona urbana cascavelense.

O nono artigo intitula-se A Rede do Movimento pela Base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular brasileira. Inspiradas na metodologia de análise de Redes Políticas de Ball, as autoras Luciane Oliveira da Rosa e Valéria Silva Ferreira, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, discutem como o Movimento pela Base influenciou e determinou os debates sobre o currículo no Brasil.

No décimo artigo – Escola sem partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes – Elvis Patrik Katz, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul e Andresa Silva da Costa Mutz, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, apresentam os resultados de uma pesquisa acerca de enunciações proferidas no website da organização política Escola sem Partido.

Concluimos o conjunto de artigos com Escritos sobre o plano de ações articuladas (PAR) em periódicos nacionais, de Sandra Simone Hopner Pierozan, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim, Rio Grande do Sul e Flávia Obino Corrêa Werle, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul. No artigo as autoras apresentam os resultados de uma investigação realizada com vistas a compreender a produção científica sobre o PAR e o seu impacto no aprimoramento de estudos sobre a implementação de políticas e a qualificação das pesquisas em educação.

Para finalizar, manifestamos nossos agradecimentos aos autores, pareceristas *ad hoc* e demais colaboradores na edição.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura.

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho
Isaura Monica Souza Zanardini
Nerli Nonato Ribeiro Mori